

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A
("Em Recuperação Judicial")

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A
(“Em Recuperação Judicial”)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultados abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Libra Administração e Participações S.A.
("Em Recuperação Judicial")
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Libra Administração e Participações S.A. - "Em recuperação judicial" ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e/ou possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Administração e Participações S.A. "Em Recuperação Judicial" em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Decisão arbitral para processo entre a investida indireta Libra Terminais S.A. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Santos - SP ("CODESP")

Conforme descrito na Nota Explicativa 20 (d), existiam ações judiciais entre a investida indireta Libra Terminais S.A. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Santos - SP ("CODESP") (sociedade de economia mista ligada à Secretaria Especial dos Portos e arrendadora dos terminais 37,35 e 33), relacionadas ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato entre as partes e ao pleito da Libra Terminais S.A. de só estar obrigada a cumprir as obrigações impostas no contrato de arrendamento, na íntegra, quando a CODESP, em contrapartida, também tiver cumprido suas obrigações contratuais. Essas discussões se referiam ao período de setembro de 1998 a setembro de 2015. Como decorrência da renovação dos contratos de arrendamentos dos terminais da Libra Terminais S.A. ocorrida em 4 de setembro de 2015, a CODESP e Libra Terminais S.A. discutiram seus direitos em um processo de arbitragem teve decisão condenatória para pagamento de R\$ 3.423.346 mil, desfavorável para a Libra Terminais S.A., proferida em 2 de setembro de 2019. Como reflexo desta decisão a Companhia registrou complemento de provisão para perda no investimento na rubrica "Provisão para passivo a descoberto" no montante de R\$ 1.153.325 mil. Não nos foi possível mensurar os efeitos da parcela da provisão possível de ser reconhecida pela melhor estimativa do desembolso em exercícios anteriores e que deveria ter sido apresentada nos valores correspondentes.

Provisão para tributos sobre o lucro em transação de ganho de capital pela alienação de participação societária ocorrida na venda da investida Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”)

Em 11 de agosto de 2016, a Companhia efetuou a venda de sua investida “Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”)”, e registrou prejuízo na alienação deste investimento no montante de R\$ 21.740 mil. O prejuízo registrado ocorreu em função da investida não ter adotado a prática contábil adequada para o reconhecimento de subvenções governamentais, conforme estabelecido no CPC 07(R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. A CNA registrava as receitas de subvenção governamental provenientes do Adicional para Frete da Marinha Mercante (“AFRMM”) no momento da prestação do serviço de frete. Entretanto, por se tratar de uma subvenção vinculada a aquisição de ativo imobilizado, o reconhecimento dessa subvenção governamental deveria ter sido efetuado ao longo do período da vida útil dos bens relacionados à subvenção na mesma proporção de sua depreciação. Desta forma, no momento do reconhecimento da venda do investimento na CNA, o saldo do patrimônio líquido dessa investida estava apresentado a menor no montante de R\$ 134.491 mil e, consequentemente, o resultado da alienação deste investimento apurado pela Companhia deveria ter sido de um ganho de R\$ 112.699 mil. Consequentemente, a Companhia deixou de reconhecer provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 32.550 mil e imposto de renda e contribuição social a recolher no montante de R\$ 5.768 mil acrescidos dos respectivos encargos monetários de multa e juros, conforme requerido pelas legislações aplicáveis. Esta divulgação não foi apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Encargos dos juros sobre empréstimos e financiamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3.6 às demonstrações contábeis, em decorrência do pedido de recuperação judicial, a Administração da coligada Libra Investimentos S.A. e de suas investidas adotaram como política contábil não reconhecer os encargos dos juros de seus empréstimos e financiamentos entre 27 de julho a 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 73.230 mil. Essa política não está de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante na Rubrica “Provisão para passivo a descoberto” está apresentado a menor em R\$ 24.672 mil e o prejuízo do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no mesmo montante.

Baixa de créditos decorrentes de tributos diferidos

Conforme Nota Explicativa 9.2 às demonstrações contábeis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a coligada Libra Investimentos S.A. e suas controladas registraram provisão para baixa de créditos diferidos relacionados com imposto de renda e contribuição social, líquido dos passivos diferidos destes tributos, no montante proporcional ao da participação da Companhia, no montante de R\$ 49.378 mil, referente ao saldo destes créditos tributários já existentes no início desse exercício findo nessa data, e que já apresentam indícios significativos de incerteza de não ser provável a existência de lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação daqueles créditos. Conforme Nota Explicativa 8.3 (i) às demonstrações contábeis, a mesma situação ocorreu em relação a créditos próprios da Companhia em que houve registro provisão para baixa de créditos diferidos relacionados com imposto de renda e contribuição social, líquido dos passivos diferidos destes tributos, no montante de R\$ 1.504 mil. Consequentemente, o resultado do exercício está apresentado a menor em R\$ 50.882 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia, em conjunto com outras empresas do Grupo Libra, entrou em 26 de julho de 2018 com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na comarca da capital do Estado de São Paulo, cujo plano de recuperação judicial foi homologado em 18 de junho de 2019 pela referida vara. Outro aspecto importante é o conforme descrito Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 1.297.320 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, a sua continuidade depende do sucesso na implementação do plano de recuperação judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 08 de março de 2019, com abstenção de opinião sobre: (i) Incerteza significativa sobre a continuidade operacional da Companhia; (ii) Impactos decorrentes do julgamento de processo arbitral envolvendo a controlada Libra Terminais S.A.; e parágrafos adicionais relacionados com os seguintes desvios: (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos registrados incorretamente; (ii) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido passivos não constituídos e parágrafo de ênfase relacionado com processo de investigação em curso e solicitação de anulação da renovação do contrato de arrendamento. Em virtude dos ajustes realizados para reconhecer os pagamentos relacionados com o arrendamento operacional das áreas sob a Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") e CODESP como parte integrante das aquisições dos direitos de outorga no ativo intangível e suas obrigações com o poder concedente no passivo, conforme descritos na Nota Explicativa 2.4 às demonstrações contábeis, houve modificação em determinados saldos no patrimônio líquido de investidas utilizados para mensuração da provisão do passivo a descoberto no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação.

Adicionalmente, como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.4 às demonstrações contábeis para o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2017. Em nossa opinião, tanto os ajustes realizados para 31 de dezembro de 2017 como para 1º de janeiro de 2017 são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar nem aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de assecuração sobre as referidas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

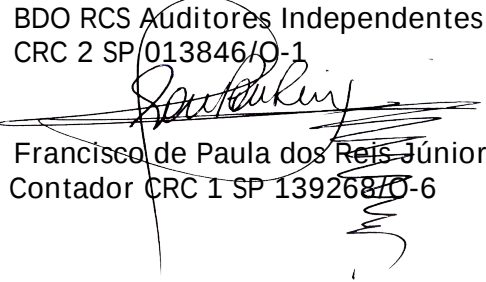


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de novembro de 2019



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP/013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

("Em Recuperação Judicial")

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	1º/01/2017 (Reapresentado)		Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	1º/01/2017 (Reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	5	9	1.014	Fornecedores		30	34	31
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado	7	625	6.575	6.955	Obrigações tributárias	14	839	824	457
Contas a receber		521	699	250	Partes relacionadas	11	7	195	13.676
Contas a receber de alienação de investimentos		-	-	15.535	Dividendos antecipados	11	469	469	469
					Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	8	-	22	2
Tributos a recuperar	8	1.089	907	1.085	Outros passivos		1	3	302
Outros ativos		14	5	-			1.346	1.547	14.937
		2.254	8.195	24.839					
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Provisão para contingências	12	5.475	3.518	2.973
Contas a receber de alienação de investimentos		-	-	106.940	Provisão para passivo a descoberto	9	1.387.832	77.113	170.895
Partes relacionadas	11	16.319	10.715	54.413			1.393.307	80.631	173.868
Dividendos antecipados	11	3.614	3.614	5.201					
Estoques		1.450	1.450	-	Total do passivo		1.394.653	82.178	188.805
Tributos diferidos	8	-	1.504	4.069					
Depósitos judiciais	13	5.689	5.437	3.682	Patrimônio líquido	15			
		27.072	22.720	174.305	Capital social	15 (a)	31.236	31.236	9.000
					Reserva de capital	15 (b)	-	-	70.726
Investimentos	9	62.933	60.590	60.428	Prejuízos acumulados	15 (c)	(1.341.561)	(30.543)	(17.849)
Propriedades para investimentos	10	5.074	5.511	5.946	Ajustes de avaliação patrimonial	15 (d)	13.005	14.145	14.836
		95.079	88.821	240.679	Total do patrimônio líquido		(1.297.320)	14.838	76.713
Total do ativo		97.333	97.016	265.518	Total do passivo e patrimônio líquido		97.333	97.016	265.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

("Em Recuperação Judicial")

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Despesas gerais, comerciais e administrativas	16	(1.576)	(1.341)
Outras receitas e despesas operacionais		(754)	7.288
Participações nos resultados das controladas	9	(1.308.376)	(93.842)
		(1.310.706)	(87.895)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.310.706)	(87.895)
Despesas financeiras	17	(154)	(7.051)
Receitas financeiras	17	411	15.196
Variações monetárias e cambiais, líquidas	17	(202)	174
Resultado financeiro		55	8.319
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(1.310.651)	(79.576)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	8	-	(1.970)
Diferidos	8	(1.507)	(2.565)
Prejuízo do exercício		(1.312.158)	(84.111)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

("Em Recuperação Judicial")

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	<u>(1.312.158)</u>	<u>(84.111)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.312.158)</u>	<u>(84.111)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

("Em Recuperação Judicial")

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
		Ágio na emissão de ações	Legal	Retenção de lucros	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.000	70.726	4.180	11.628	15.808	14.836		110.370
Ajuste de exercícios anteriores oriundo de controlada				(11.628)	(11.628)		(22.029)	(33.657)
Saldos em 01 de janeiro de 2017 (reapresentado)	9.000	70.726	4.180	-	4.180	14.836	(22.029)	76.713
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(84.111)	(84.111)
Total do Resultado Abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(84.111)	(84.111)
Aumento de capital	22.236	-	-	-	-	-	-	22.236
Realização do custo atribuído	-	-	-	691	691	(691)	-	-
Utilização de reserva para absorção de prejuízo	-	(70.726)	(4.180)	(691)	(4.871)	-	75.597	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	31.236	-	-	-	-	14.145	(30.543)	14.838
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.312.158)	(1.312.158)
Total do Resultado Abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.312.158)	(1.312.158)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(1.140)	1.140	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	31.236	-	-	-	-	13.005	(1.341.561)	(1.297.320)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

("Em Recuperação Judicial")

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentada)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.310.651)	(79.576)
Ajustes		
Depreciação e amortização	437	435
Equivalência patrimonial	1.308.376	93.842
Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.967	397
Resultado na alienação de propriedade para investimento	(18)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(831)
Encargos financeiros	(191)	(174)
	(80)	14.093
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	178	(449)
Tributos a recuperar	(182)	(254)
Depósitos judiciais	(68)	(1.410)
Outros ativos	(9)	(5)
Fornecedores	(4)	3
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	367
Outros passivos	(2)	(299)
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) operações	(150)	12.046
Juros pagos sobre financiamentos		
Pagamento de contingências	(10)	(23)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22)	(1.518)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(182)	10.505
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	5.950	380
Valor recebido na alienação de propriedade para investimento	20	-
Aporte de capital em investida	-	(22.236)
Contas a receber de partes relacionadas	(5.604)	(13.062)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	366	(34.918)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	-	22.236
Contas a pagar para partes relacionadas	(188)	1.172
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(188)	23.408
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(4)	(1.005)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	(1.014)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	9
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(4)	(1.005)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
("Em Recuperação Judicial")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Libra Administração e Participações S.A. ("Em recuperação Judicial") ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Nações Unidas nº 11.541, Condomínio Edifício Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo, 10º andar, conjunto 101, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, que têm como principais atividades a exploração comercial de instalações portuárias e retro portuárias, soluções logísticas integradas, dentre outras, especialmente com a armazenagem e movimentação de carga com contêineres.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía os seguintes investimentos de forma direta ou indireta:

	Participação - %		
	Direta	Indireta	Total
Ariate Imobiliária e Participações S.A. - Em recuperação judicial (*)	71,78	-	71,78
Libra Investimentos S.A - Em recuperação judicial	33,69	-	33,69
Libra Sul S.A. - Em recuperação judicial (*)	53,85	-	53,85
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.- Em recuperação judicial	25,00	-	25,00
Rodocarga Operadora Portuária S.A.- Em recuperação judicial (*)	68,38	-	68,38
Tebas Imobiliária e Participações S.A.- Em recuperação judicial (*)	68,38	-	68,38
Boreal Empreendimentos e Participações S.A.- Em recuperação judicial	-	33,69	33,69
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.	-	26,39	26,39
Libra Infraestrutura S.A - Em recuperação judicial	-	33,69	33,69
Libra Terminais e Logística S.A. - Em recuperação judicial	-	33,69	33,69
Libra Terminais S.A. - Em recuperação judicial	-	33,69	33,69
Libra Terminal Imbituba Ltda	-	26,92	26,92
Libra Terminal Rio S.A.- Em recuperação judicial	-	33,69	33,69
Libra Terminal Santos S.A. - Em Recuperação judicial	-	33,69	33,69
Libra Terminal Valongo S.A. - Em recuperação judicial	-	33,69	33,69
Libraport Campinas S.A. (*) Controlada da Companhia	-	20,21	20,21

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão, receitas e espaços.

Em prosseguimento ao processo de simplificação e racionalização da estrutura societária iniciado em 2014 no Grupo Libra, em 2018 ocorreram as seguintes ações:

Em fevereiro as controladas indiretas Boreal Serviços e Administração S.A. e SBCB Participações Aeroportuárias S.A. foram incorporadas pela Companhia Libra Terminal Rio S.A ("Libra Rio");

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

O exercício de 2018 ainda sofre os efeitos dos ajustes no mercado portuário com diversificação de players, gradativa e lenta recuperação da movimentação de cargas e principalmente o atraso na efetivação da dragagem do canal do porto do Rio de Janeiro, concluído no último trimestre de 2017, que em muito impactou o volume das operações nos últimos períodos. Contudo, este último efeito tem sido superado desde fev/18, quando a Libra Rio iniciou o contrato de um novo serviço de atendimento da rota da Ásia (Serviço ESA) com aumento de seus volumes e incremento nos resultados. Se compararmos o mesmo período em relação a 2017 evidenciamos um aumento de 31,5% nominal no volume.

O Grupo Libra, o qual a Companhia pertence, visando se ajustar a nova realidade estabeleceu em seu Plano Estratégico adequar sua estrutura de capital. Abaixo seguem os principais pontos:

- a) Otimização dos custos e redução significativa das despesas administrativas;
- b) Venda de ativos não estratégicos do Grupo Libra;
- c) Renegociação dos empréstimos e financiamentos com readequação dos vencimentos financeiros, através do plano de recuperação judicial aprovado em junho de 2019;
- d) Suporte Financeiro nas empresas operacionais, composto por recursos oriundos das Holdings e entrada de novos recursos.

Para maiores detalhes nas ações acima citadas, vide Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido negativo da Companhia é de R\$ 1.297.320 e o prejuízo do exercício foi de R\$ 1.312.158 (R\$ 84.111 em 31 de dezembro de 2017).

1.1. Recuperação judicial

O Grupo Libra, entrou em 26 de julho de 2018 com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na comarca da capital do Estado de São Paulo, registrado no Processo 1077065-21.2018.8.26.0100, o qual foi deferido em 27 de julho de 2018.

Os termos da recuperação garantem a continuidade da operação no Rio de Janeiro e não impõem mudanças na estrutura de comando da Companhia, mantendo a autonomia gerencial dos executivos. São eles que seguirão diretamente responsáveis pelo relacionamento com armadores e demais clientes, que em hipótese alguma, serão afetados pela recuperação judicial. A medida também não prejudica a nossa capacidade de prestação de serviço.

A decisão de pedir a recuperação judicial surgiu em meio a um cenário desafiador. A crise na economia brasileira, que afeta negativamente as receitas do Grupo desde 2014, combinada ao excesso de oferta de capacidade dos terminais de contêineres nos portos de Santos e Rio de Janeiro, pressionou negativamente as margens dos terminais que operam sob regime de concessão nos portos públicos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

O Grupo Libra, antevendo a possibilidade de enfrentar problemas de liquidez, fechou com seus credores, no início de 2017, uma reestruturação de suas dívidas. O plano, que previa inclusive eventos de capitalização, além de redução de custos e despesas, foi colocado em prática de forma efetiva. A Libra adequou seus custos operacionais, vendeu ativos e seguiu negociando ações complementares com outros possíveis interessados.

O pedido de recuperação, que protege a nossa capacidade de operar, de gerar caixa e ao mesmo tempo de renegociar nossas dívidas, visa justamente retomar em bases mais viáveis o processo de reestruturação iniciado no ano passado.

1.2. Operação Skala

Conforme informado ao mercado por meio de Fato Relevante datado de 29 de março de 2018, foram expedidos em mesma data, mandados de prisão temporária em nome de quatro acionistas do Grupo Libra emitidos no contexto das investigações da operação Skala, deflagrada pela Polícia Federal, solicitada pela procuradora geral da República e autorizada por um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os acionistas prestaram esclarecimentos relativos a aspectos do contrato de arrendamento da empresa associada Libra Terminal Santos S.A. ("Libra 35" ou "Terminal 35" ou "Libra Terminal 35") que pertence ao Grupo Libra. Referida operação ocorre no âmbito das investigações do Inquérito 4.621 do STF que investiga a edição do Decreto nº 9048/2017 (Decreto dos Portos). Em 1 de abril de 2018, as prisões foram revogadas, considerando que os depoimentos foram prestados. Em 16 de outubro de 2018 houve indiciamento de um dos acionistas do Grupo Libra.

Como decorrência dos fatos acima mencionados, na avaliação e procedimentos realizados pelo Conselho de Administração do Grupo Libra até o presente momento, demonstram que: (i) não há evidências de qualquer irregularidade da Companhia nos pontos abordados pelo inquérito em questão; e (ii) não é de conhecimento do Grupo Libra a existência de processos administrativos ou judiciais em curso derivados da investigação mencionada no primeiro parágrafo acima envolvendo a Companhia.

Adicionalmente, os consultores jurídicos externos esclarecem que a Companhia não foi destinatária de determinações no âmbito do Inquérito, não tendo sido sequer notificada a prestar informações ou objeto de determinações de entrega de documentos.

Em razão disso, é nosso entendimento que o Inquérito e as intimações realizadas, por si só e sobretudo considerando o estágio inicial do próprio procedimento investigativo dele objeto, não criaram responsabilidades pecuniárias adicionais à Companhia, sob o ponto de vista jurídico, especialmente considerando o período de apuração destas Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Durante esta operação, em todos os momentos, o Grupo Libra comunicou os clientes, fornecedores, credores, colaboradores e imprensa, criando um comitê interno para avaliação e acompanhamento efetivo do caso.

A Companhia declara que permanecem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões, arrendamentos e alvarás aplicáveis ao exercício de suas atividades. Desta forma as atividades da Companhia continuam no curso normal dos negócios, com exceção das empresas Libra Terminais S.A., Libra Terminal Santos S.A. e Libra Terminal Valongo S.A. que serão descontinuadas em 2019, não havendo, até o momento, identificação de impactos nas Demonstrações Financeiras.

Em 19 de dezembro de 2018, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia, sendo que o único acionista do Grupo Libra indiciado no Relatório Conclusivo da Polícia Federal, não restou denunciado. Nenhuma irregularidade foi atribuída à Companhia.

A emissão destas informações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Libra Holding S.A. em 26 de novembro de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 4.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

2.2. Consolidação

Conforme descrito do Pronunciamento Técnico CPC 36, se a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora disponibilizar demonstrações consolidadas, a companhia não há a necessidade de divulgação. A Libra Holding controladora do Grupo Libra, divulga as informações consolidadas.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As controladas indiretas Libra Terminal Santos S.A. e Libra Terminal Rio S.a. adotaram mudança do conceito de contabilização do seu contrato de exploração de área portuária, baseado na norma do CPC 04 – Ativo Intangível, a partir de 31 de dezembro de 2018, com seu efeito retrospectivo aos saldos comparativos. Os detalhes estão apresentados na nota 2.4.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Libra Administração e Participações S.A.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de variações monetárias e cambiais (Nota 17).

2.4. Ajustes e reclassificações decorrentes da reapresentação

Os valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentadas devido a mudança no entendimento em relação ao reconhecimento do contrato de arrendamento portuário nas empresas controladas indiretas Libra Terminal Rio S.A. e Libra Terminal Santos S.A.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.2. Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de Resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting").

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de "day one profit or loss", é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A adoção da IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros desde 1º de janeiro de 2018 resultou na atualização nas políticas contábeis, no entanto, não houve impacto material ou ajustes devido à nova norma.

O IFRS 9 (CPC 48) substitui as disposições do IAS 39 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O método de transição adotado pela Companhia foi o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito no balanço da Companhia a partir da data de vigoração, no caso, 1º de janeiro de 2018, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia.

Em relação à mudança em termos de classificação e mensuração trazidas pelo IFRS 9, os ativos financeiros classificados em 2018 como ao custo amortizado, no ano estavam classificados como "empréstimos e recebíveis", com mensurações iniciais e subsequentes idênticas à prática contábil atual.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado e (b) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

- (a) Custo amortizado - os ativos financeiros mantidos pela Companhia são:
 - (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas;
 - (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos;
- ii) Passivo ao custo amortizado - os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal faturado na data da venda no curso normal das atividades da Companhia, ajustados ao valor presente quando aplicável, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros, a Companhia selecionou o modelo de perda esperada no momento do faturamento com base na utilização de matriz de provisões com abordagem simplificada. Quando necessário, com base em análise individual, a Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa é complementada. Até 31 de dezembro de 2017 o provisionamento (impairment) era determinado com base na perda incorrida. A adoção desta nova metodologia não provocou impacto material no resultado.

3.4. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo Libra adotou como política não reconhecer os encargos dos juros de seus empréstimos e financiamentos para o período de 27 de julho a 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 73.230 mil, período posterior ao pedido de recuperação judicial divulgado na nota explicativa 1.1, considerando que no processo de recuperação judicial os valores habilitados como direito dos credores são aqueles da data do pedido do referido processo. Adicionalmente, nos termos do artigo 172 da Lei nº 11.101/05 configura-se crime falimentar a oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais. O impacto na Companhia da não contabilização dos juros mencionados, seria na Rubrica de "Equivalência patrimonial" no valor total de R\$ 24.672.

3.7. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. Eles somente tornam-se ativos e são registrados quando a sua realização é virtualmente certa e especialmente no caso de dispostos judiciais, quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Para passivos contingentes são observados os seguintes critérios:

- (i) Passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados;
- (ii) Passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas.

3.8. Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

O IRPJ e a CSLL do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço, a Companhia atua e reconhece na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, e quando estão relacionados a mesma autoridade tributária e a mesma entidade legal.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados são reconhecidos na proporção da probabilidade de que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A mensuração do desconto ao valor presente é realizada no reconhecimento inicial de ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, e reconhecidos quando consideradas materiais. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.11. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.12. Reconhecimento da receita

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, optando pelo método de transição modificado, cujos números comparativos não foram reapresentados e não foram identificados ajustes materiais naquela data devido a esta nova norma.

E assim, segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas:

- (i) identificação de contratos com clientes;
- (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos;
- (iii) determinação do preço da transação;
- (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos;
- (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle das cargas é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios da carga.

Nos exercícios anteriores, a receita de vendas foi reconhecida quando seus valores pudessem ser mensurados de maneira confiável, riscos e benefícios significativos inerentes ao produto foram transferidos para o comprador, ou seja, a Companhia deixou de ter qualquer relação com os produtos vendidos e foi provável que os benefícios econômicos seriam gerados para a Companhia. As receitas não eram reconhecidas se houvesse incerteza significativa para a sua realização.

As receitas operacionais das vendas de serviços foram apresentadas pelos seus valores líquidos, excluindo impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações aos clientes.

As receitas do segmento portuário são provenientes dos serviços prestados na movimentação de carga em instalações portuárias, retro portuárias, e das soluções logísticas e armazenagem em geral.

3.13. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguir, apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

▪ CPC 06 R2 – Operações de arrendamento mercantil

Os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

A Companhia não possui contratos de arrendamentos mercantis operacionais em 31 de dezembro de 2018.

▪ CPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

O CPC 22 não introduz novas divulgações, mas esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos sobre o lucro, assim reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre:

- (i) julgamentos realizados;
- (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas;
- (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações contábeis.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações contábeis. O método de transição adotado pela Companhia é o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito no balanço da Companhia a partir da data de adoção, no caso, 1º de janeiro de 2019, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia.

3.14. Propriedade para investimento

São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis das empresas imobiliárias do grupo, destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação calculada pelo método linear. A vida útil destes ativos é revisada anualmente.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da PECLD, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Impostos incluindo Imposto de Renda diferido ativo

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Companhia determina a recuperabilidade do imposto diferido (créditos fiscais) com base em planos plurianuais de seus negócios.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros derivativos.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) Situação financeira da Companhia

A administração considera que a situação patrimonial e financeira do Grupo é um assunto relevante no contexto das demonstrações contábeis do Grupo Libra. Conforme destacado na Nota nº 1. Em se tratando das controladas indiretas Libra Terminal Santos e Libra Terminais, reconhecemos que o resultado da Sentença Arbitral em 03 de setembro de 2019 terá um grande impacto na situação patrimonial na Companhia, uma vez que é investidora nestes ativos, porém também entendemos que durante o período de recuperação judicial e execução do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 27 de Julho de 2019 temos nossas atividades protegidas, seguindo com o pagamento de forma condicionada de nossa dívidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Destacamos também que o Grupo Libra tem reduzido seus custos e despesas em virtude da desmobilização dos terminais e unidade de logística.

(e) Provisão para perda esperada

A mensuração da perda esperada reflete o valor imparcial e ponderado pela probabilidade de avaliação de um intervalo de resultados possíveis.

Nessa mensuração, dois aspectos são importantes: valor do dinheiro no tempo e obtenção de informações relativas às condições e aos eventos econômicos, passados e futuros.

Não é necessário que todo e qualquer possível cenário seja identificado, mas alerta para o risco de perda de crédito mesmo quando essa ocorrência apresente possibilidade muito baixa.

Em relação ao período, as perdas de crédito esperadas devem considerar o prazo contratual máximo, incluindo prováveis prorrogações, em que estarão expostas ao risco.

5. Instrumentos financeiros e risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia, por meio de seu conselho de administração, estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam ao atendimento das necessidades próprias, bem como à redução a exposição a riscos de mercado como variações na taxa de câmbio e de juros.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 se aproximam dos seus valores de mercado.

(a) Risco de câmbio e de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui passivos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia, em decorrência da adesão a Recuperação Judicial datada de 26 de julho deste ano, passou a não reconhecer os juros relativos aos contratos que estão sujeitos a este processo, uma vez que estes valores estão sujeitos aos termos do plano de Recuperação Judicial que deverá ser deliberado em Assembleia Geral de Credores (AGC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

- Saldos em bancos, ativos financeiros mensurados a valor justo - a administração avalia em ocasião de cada aplicação o risco de crédito das instituições financeiras e de exposição da Companhia;
- Contas a receber de clientes - a área de Concessão de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração suas demonstrações contábeis, histórico comercial e contexto de mercado, estipulando o limite de crédito e condição de pagamento do cliente, e quando necessário, a exigência de garantias como forma de mitigação dos riscos identificados. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento do rating do cliente, dos prazos de pagamento e limites de crédito determinados pela área de Concessão de Crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- Contas a receber de partes relacionadas - a totalidade dos valores a receber de partes relacionadas corresponde a entidades controladas do Grupo Libra e o risco de crédito é administrado corporativamente pela Tesouraria do Grupo Libra no contexto das operações do grupo como um todo.

(c) Risco de liquidez

Ressalvado o processo de recuperação judicial detalhado anteriormente, a Companhia gerencia o risco de liquidez tendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos operacionais. Além da projeção anual de fluxo de caixa contida dentro do processo orçamentário do ano, mensalmente a Tesouraria realiza uma projeção de fluxo de caixa trimestral a partir dos dados fornecidos por diversas áreas da Companhia. O gerenciamento de risco de liquidez é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as projeções para assegurar que a Companhia, em conjunto com seus controladores, possua caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5.2. Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 não existiam instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3. Porém tivemos uma reclassificação dos valores em Cotas de Fundos que foram para Caixa e equivalente de caixa, conforme explicado na Nota 6.

(a) Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários

- Cotas de Fundos – São valorizadas com base no Preço Unitário das cotas divulgados diariamente pelo administrador que é a base para aplicações e resgates e é definido com base no valor justo dos ativos e passivos do fundo.

(b) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão (que não são cotados em bolsa) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de instrumentos financeiros derivativos, nos quais tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva, são estimados pelo desconto dos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que o instrumento é denominado. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

- Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

2018	Ativos pelo custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	5
Títulos e valores mobiliários	-	625	625
Contas a receber de clientes, líquidas	521	-	521
Contas a receber de partes relacionadas	16.319	-	16.319
	<u>16.845</u>	<u>625</u>	<u>17.470</u>

2018	Passivo pelo custo amortizado	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações	507	507
	<u>507</u>	<u>507</u>

2017	Ativos pelo custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	9
Títulos e valores mobiliários	-	6.575	6.575
Contas a receber de clientes, líquidas	699	-	699
Contas a receber de partes relacionadas	10.715	-	10.715
	<u>11.423</u>	<u>6.575</u>	<u>17.998</u>

2017	Passivo pelo custo amortizado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações	701	701
	<u>701</u>	<u>701</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Recursos em bancos e em caixa	<u>5</u>	<u>9</u>
	<u>5</u>	<u>9</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que o Grupo considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDBs de instituições financeiras de primeira linha.

7. Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Cotas de Fundos - Renda fixa	625	1.242
Cotas de fundos - Renda variável (a)	-	5.333
	<u>625</u>	<u>6.575</u>

(a) As Cotas de renda variável, é composto por um Fundo de investimento em ações, que rentabilizou 0,30% em 2018.

8. Tributos a Recuperar

8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apresentamos a seguir a composição dos encargos de imposto de renda e contribuição social, das obrigações registradas no passivo, assim como dos tributos registrados no ativo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício		
Corrente	-	(1.970)
Diferido	<u>(1.507)</u>	<u>(2.565)</u>
	<u>(1.507)</u>	<u>(4.535)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar em 31 de dezembro	-	22
Imposto de Renda e Contribuição Social registrado no ativo em 31 de dezembro		
IRPJ e CSLL a Recuperar	1.077	158
IRRF sobre aplicações financeiras	12	715
Outros	-	34
	<u>1.089</u>	<u>907</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

8.2. Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2018	2017
Prejuízo antes dos tributos	(1.310.651)	(79.576)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e de contribuição social	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	(445.621)	(27.056)
Equivalência Patrimonial	439.129	27.376
Despesas permanentes	5.718	(2.401)
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos ou constituídos a maior relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	2.278	1.827
Ajuste de IRPJ e CSLL referente a anos anteriores	3	254
Outros	-	5
Encargo no resultado do exercício	1.507	4.535

8.3. Movimentação dos impostos diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2017	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	2018
Contingências	1.382	(672)	2.054
Renda variável	122	122	-
Provisão para perda de ativo fiscal (i)	-	2.054	(2.054)
Total	1.504	1.504	-

- (i) Em 2018 a Companhia constituiu a provisão para perda (impairment) sobre o tributo diferido, por motivo da expectativa de realização ser superior a 5 anos.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
 ("Em Recuperação Judicial")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

9. Investimentos

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		
	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado
Investimentos						
Controladas						
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	15.531	11.148	3.880	11.651	8.363	3.631
Cargolog Operadora Transportes Multimodais S.A.	-	-	-	-	-	(151)
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	-	-	-	3.176	2.171	(2.571)
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	71.971	49.214	1.694	70.277	48.055	2.853
Coligadas						
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	8.482	2.120	2.282	6.200	1.550	(1.261)
Outros investimentos	-	451	-	-	451	-
	-	62.933	7.856	-	60.590	(4.761)
Passivo a descoberto						
Controladas						
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	(5.887)	(4.025)	(9.062)	-	-	-
Libra Sul S.A.	(17.604)	(9.480)	(1.662)	(15.943)	(8.585)	(1.451)
Coligadas						
Libra Investimentos S.A.	(4.574.236)	(1.374.327)	(3.875.866)	(531.614)	(68.528)	(283.288)
	-	(1.387.832)	(3.866.590)	-	(77.113)	(284.739)

9.1. Movimentação dos investimentos

	2017 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Reclassificação para passivo a descoberto	2018
Controladas				
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	8.363	2.785	-	11.148
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	2.171	(6.196)	4.025	-
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	48.055	1.159	-	49.214
Coligadas				
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	1.550	570	-	2.120
Outros investimentos	451	-	-	451
	60.590	(1.682)	4.025	62.933

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
 ("Em Recuperação Judicial")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	1º de janeiro de 2017 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Aportes/ (redução) de capital	Distribuição de lucros	Incorporação de investida	2017 (Reapresentado)
Controladas						
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	9.199	2.606		(3.442)	-	8.363
Cargolog Operadora Transportes Multimodais S.A.	1.081	(103)	(114)	-	(864)	-
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	2.952	(1.758)	977	-	-	2.171
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	44.880	1.950	1.225	-	-	48.055
Coligadas						
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	1.865	(315)	-	-	-	1.550
Outros investimentos	451	-	-	-	-	451
	<u>60.428</u>	<u>2.380</u>	<u>2.088</u>	<u>(3.442)</u>	<u>(864)</u>	<u>60.590</u>

9.2. Movimentação da provisão para perdas com investimentos

	2017 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Reclassificação para passivo a descoberto	2018	
Controladas					
Libra Sul S.A.	(8.585)	(895)	-	(9.480)	
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	-	-	(4.025)	(4.025)	
Coligadas					
Libra Investimentos S.A.	(68.528)	(1.305.799)	-	(1.374.327)	
	<u>(77.113)</u>	<u>(1.306.694)</u>	<u>(4.025)</u>	<u>(1.387.832)</u>	
	1º de janeiro de 2017 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial	Aportes /(Redução) de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	2017 (reapresentado)
Controladas					
Libra Sul S.A.	(7.804)	(781)	-	-	(8.585)
Coligadas					
Libra Investimentos S.A.	(163.091)	(95.441)	23.248	166.756	(68.528)
	<u>(170.895)</u>	<u>(96.222)</u>	<u>23.248</u>	<u>166.756</u>	<u>(77.113)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(*) Durante o exercício de 2018 algumas investidas constituíram provisão por ausência de probabilidade e lucro futuro para realização de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos, que no percentual de participação da Companhia, causou impacto no resultado de R\$ 49.378 mil.

10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem de imóveis pertencentes a Companhia, auferindo renda por meio de aluguéis.

Os saldos ao final dos exercícios estão assim apresentados:

	2018	2017
Saldos em 1º de janeiro	5.511	5.946
Depreciação (a)	(437)	(435)
Saldos em 31 de dezembro	5.074	5.511

(a) As propriedades para investimento, representadas pelas edificações, estão submetidas a taxa de depreciação anual de 4 %.

11. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas e outras empresas do Grupo Libra, com base em termos e condições estabelecidos contratualmente, e os saldos e as transações estão a seguir demonstradas:

(i) Nos ativos e passivos

Os saldos líquidos entre ativos e passivos por empresa ligada estão demonstrados a seguir:

	Natureza	Saldos a receber (pagar)	
		2018	2017
Transações com acionistas controladores e empresas sob controle comum			
Libra Terminais S.A.	Mútuo/Compartilhamento de despesas corporativas	10.405	4.735
Libra Sul S.A.	Mútuo	4.423	4.423
Libra Holding S.A.	Mútuo	1.435	1.355
Outros	Mútuo/Compartilhamento de despesas corporativas	49	7
		16.312	10.520
Dividendos a receber		3.614	3.614
Dividendos antecipados		(469)	(469)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

12. Provisão para contingências

Os valores depositados não dizem respeito ao valor de perda provável dos processos. Trata-se apenas de um requisito obrigatório para apresentação de recursos na Justiça do Trabalho. Por outro lado, o valor de perda provável dos processos trabalhistas é resultado de aplicação de premissas preestabelecidas daquilo que a Companhia considera como perda provável de cada processo.

	Provisão para contingências	
	2018	2017
Tributários	2.846	2.647
Cíveis	2.629	714
Trabalhistas	-	157
	<u>5.475</u>	<u>3.518</u>

12.1. Movimentação das provisões

Provisões	Trabalhistas	Tributário	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	157	2.647	714	3.518
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:				
Juros e correção monetária	1	199	362	562
Constituição	12	-	673	685
Valores não usados/(estornados)	(170)	-	890	720
Valores pagos durante o exercício	-	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>2.846</u>	<u>2.629</u>	<u>5.475</u>

(a) Contingências tributárias

A Companhia figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais foi constituída provisão no montante considerado suficiente pela administração e seus consultores jurídicos, para atender aos riscos considerados de perda provável.

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 2.846 (R\$ 2.647 em 2018), sendo integralmente provisionados. O principal processo com risco de perda provável está descrito a seguir:

Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 350654468

Em novembro de 1999, foi lavrada NFLD de contribuições devidas à Seguridade Social em face da Cia Libra de Navegação, correspondente à glosa de compensações efetuadas sem autorização judicial transitada em julgado, a título de contribuição previdenciária sobre a remuneração de segurados empregados, trabalhadores autônomos e administradores. A NFLD teve por objetivo prevenir a decadência do direito da Seguridade Social e ficou suspensa enquanto perdurou os efeitos da liminar obtida na ação cautelar nº. 0011389-86.1995.4.02.5101. Em abril 2002, houve decisão judicial cassando a liminar que permitia a compensação, possibilitando assim a continuação do processo administrativo. Foi indeferido o pedido de sucessão dos créditos da S/A. Agência Marítima Mauá transferidos por cisão para Cia. Marítima Nacional, Libra Linhas e Cia. Paulista, eis que convenções particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública. Em abr/2011, houve decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância. O processo foi arquivado. Atualmente, aguarda-se o recebimento da cobrança pela Seguridade Social para pagamento do débito. Valor do processo: R\$ 2,8 milhões.

Risco possível

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em ações tributárias classificadas como perda possível, totalizando R\$ 4.176 (R\$ 4.015 em 2018).

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. O principal processo com risco de perda possível está descrito a seguir:

Processo nº 0014292-81.2012.4.03.6100

Em agosto de 2012, a Librapar ingressou com ação anulatória em face da União para cancelar auto de infração nº 18471.000.005/2003-11 e suspender a exigibilidade do débito até o julgamento final da ação, vez que a reversão de provisão não gerou qualquer acréscimo patrimonial tributável. Em out/2012, foram depositados os valores em juízo para a suspensão da exigibilidade do débito e emissão da certidão positiva com efeitos de negativa. Foi realizado laudo pericial que ratificou as alegações apresentadas pela empresa no curso do processo. Em agosto de 2018, houve decisão de 1ª instância favorável à Librapar. Em dez/2018, aguarda-se julgamento do recurso da União (embargos de declaração). O valor do processo é de R\$ 3,8 milhões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(b) Contingências cíveis

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 2.628 (R\$ 714 em 2018), sendo integralmente provisionados.

Risco possível

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em ações cíveis classificadas como perda possível, totalizando R\$ 9.058 (R\$ 7.838 em 2018).

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. O principal processo com risco de perda possível está descrito a seguir:

Processo nº 8204.2011.626.0005

Em 2011 foi ajuizada representação eleitoral alegando inconsistências no processo de doações realizadas à partidos políticos (doação acima do limite legal – 2% do faturamento bruto). Em maio de 2012 houve decisão de 1ª instância desfavorável à Librapar. No entanto, em dezembro de 2015 foi proferido acórdão pelo TRE/SP parcialmente favorável à empresa. Em janeiro de 2016 tanto Librapar como MPE apresentaram recursos (embargos de declaração e recurso especial), e em março de 2016 houve decisão no recurso (embargos de declaração) parcialmente favorável à empresa. Adicionalmente, em março de 2016, houve novo recurso (recurso especial) da Librapar, que também apresentou contrarrazões ao recurso do MPE. Em dezembro de 2018 o processo aguarda julgamento. Valor do processo: R\$ 8,6 milhões

(c) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018 não havia ações trabalhistas de valor individual significativo com perda provável ou possível. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. A provisão é mensurada para a classe como um todo multiplicando a quantidade de ações, classificada por tipo de reclamação, pelo valor médio de pagamentos para este tipo de reclamação com base em informação histórica recente. Portanto o valor provisionado representa a melhor estimativa dos desembolsos para todas as contingências trabalhistas como um todo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

13. Depósitos judiciais

Para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, trabalhista e cível foram efetuados depósitos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	5.631	5.427
Cíveis	5	5
Trabalhistas	53	5
	<u>5.689</u>	<u>5.437</u>

	IRPJ	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.668	1.769	5.437
Adições	-	68	68
Atualização monetária	149	35	184
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>3.817</u>	<u>1.872</u>	<u>5.689</u>

IRPJ

O depósito realizado em ação movida pela Companhia visando cancelar auto de infração lavrado em razão de supostas exclusões não autorizadas (receita de reversão da provisão de contingências) e suspender a exigibilidade do débito até o julgamento final da ação, vez que a reversão de provisão não gerou qualquer acréscimo patrimonial tributável.

14. Obrigações tributárias

	2018	2017
Obrigações tributárias		
Tributos retidos na fonte	264	263
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	564	561
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	11	-
	<u>839</u>	<u>824</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 31.236 (2017 31.236), representado por 26.022.657 (2017 - 26.022.657) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva de capital

As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e reservas de lucros, para resgate ou compra de ações e para incorporação ao capital social. Em 2017 a Companhia a reserva de capital para absorção de prejuízo do exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/1976.

(c) Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados do período ao final do exercício, serão obrigatoriamente absorvidos pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial - deemed cost

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das normas do CPC e do IFRS, ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos bens de imobilizado na adoção inicial de CPC e do IFRS, líquido de tributos. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados.

Ajustes de avaliação patrimonial - deemed cost	2018	2017
Saldos anteriores	14.145	14.836
Realização do deemed cost do exercício	(1.140)	(691)
Saldos finais	13.005	14.145

(e) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que esta poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
("Em Recuperação Judicial")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

16. Despesas por natureza

	2018	2017
Depreciação e amortização	435	435
Serviços jurídicos	206	796
Ocupação de espaço e Aluguéis	512	372
Outros custos e despesas	423	(262)
	<u>1.576</u>	<u>1.341</u>

17. Resultado financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21)	(984)
Despesas com aplicação financeira	(133)	(6.067)
	<u>(154)</u>	<u>(7.051)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	411	15.196
Variações monetárias e cambiais	(202)	174
	<u>55</u>	<u>8.319</u>

18. Prejuízo por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não dispõe de ações em potencial, ou seja, de nenhum instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações; por isso, o resultado por ação básico é igual ao diluído.

A reconciliação do resultado básico por ação é a seguinte:

	2018	2017
Prejuízo do exercício	<u>(1.312.158)</u>	<u>(84.111)</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	26.023	26.023
Prejuízo por lote de mil ações básico	<u>(50,42)</u>	<u>(3,23)</u>

19. Seguros

A Companhia dispõe de um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
 ("Em Recuperação Judicial")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

(a) Grupo Libra (Seguros Corporativos)

Bens Segurados	Seguradora	Riscos Cobertos	Validade	Montante da Cobertura (em milhares de dólares)
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Operações de Estiva nas faixas portuárias indicadas como local de risco, Operações de Terminais Portuários, Pátio de Carga e Descarga de Contêineres, Armazém Alfandegado, Armazém Geral, Serviços de Emergência e Operação de Pool de Carretas, Revisão e Reparo de Equipamentos; Depósito a serviço de empresas de contêineres.	16 de março de 2019	30.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Carga, Descarga, Içamento e Descida.	16 de março de 2019	25.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Transporte rodoviário de contêineres entre os terminais.	16 de março de 2019	5.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Armazenagem em Galpões de Vinilona	16 de março de 2019	1.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Erros de Despacho	16 de março de 2019	500
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Responsabilidade Civil Empregador	16 de março de 2019	3.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Danos morais	16 de março de 2019	3.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Por acidente ou ocorrência, para reclamações decorrentes de Erros e Omissões	16 de março de 2019	1.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Danos morais associados à cobertura de RC Empregador	16 de março de 2019	1.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Todos os riscos de perda física direta ou dano direto dos bens cobertos, exceto desgaste pelo uso, falta de manutenção e vício próprio, entre outras exclusões.	16 de março de 2019	25.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Danos recorrentes de eventos de roubo	16 de março de 2019	500
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Garantia Acessória de Danos Elétricos	16 de março de 2019	2.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Garantia Acessória de Honorários de Especialistas e/ou Consultores	16 de março de 2019	1.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Garantia Acessória de Perda / Pagamento Aluguel de Imóvel	16 de março de 2019	2.000
Responsabilidade de do Operador Portuário	Chubb	Garantia Acessória de Quebra de Máquinas	16 de março de 2019	5.000

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
 (“Em Recuperação Judicial”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

Bens Segurados	Seguradora	Riscos Cobertos	Validade	Montante da Cobertura (em milhares de dólares)
Logística/Transportes	Sura	Transporte rodoviário de cargas no âmbito nacional (RCTR-C e RCF-DC)	31 de julho de 2019	3.000
Responsabilidade de Civil Facultativa de Veículos	Sompo	Danos corporais	26 de novembro de 2019	500
Responsabilidade de Civil Facultativa de Veículos	Sompo	Danos materiais a terceiros	26 de novembro de 2019	200
Responsabilidade de Civil Facultativa de Veículos	Sompo	Danos morais	26 de novembro de 2019	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	16 de março de 2019	39.442
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos aéreos e terrestres e fumaça.	16 de março de 2019	2.500
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos elétricos, equipamentos eletrônicos, tumultos, greves, lock out, atos dolosos e derrame ou vazamento de chuveiros automáticos e rede de hidrantes	16 de março de 2019	1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos equipamentos eletrônicos.	16 de março de 2019	1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a recomposição de registros e documentos.	16 de março de 2019	200
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos equipamentos móveis	16 de março de 2019	478
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Tumultos, Greves e Lock Outs	16 de março de 2019	1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo de valores no interior do estabelecimento do assegurado	16 de março de 2019	20
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento.	16 de março de 2019	20
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo e/ou furto qualificado de bens, e alagamento e/ou inundação	16 de março de 2019	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Equipamentos Portateis	16 de março de 2019	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Alagamento e/ou Inundação	16 de março de 2019	100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Perda e/ou pagamento de aluguel	16 de março de 2019	3.600

LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
("Em Recuperação Judicial")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Bens Segurados	Seguradora	Riscos Cobertos	Validade	Montante da Cobertura (em milhares de dólares)
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Derrame ou vazamento de chuveiros automaticos (sprinklers) e rede de hidrantes	16 de março de 2019	1.000
D&O	Chubb	Responsabilidade civil dos administradores	26 de Julho de 2019	50.000

20. Eventos subsequentes

a. Informativo operacional:

As apólices de seguros apresentadas na Nota nº 19, com vigência em data anterior a emissão destas demonstrações contábeis, tiveram seu processo de renovação concluído.

b. Recuperação judicial

Conforme explicado nestas demonstrações contábeis, as empresas do Grupo Libra, entraram em 26 de julho de 2018 com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na comarca da capital do Estado de São Paulo, registrado no Processo 1077065-21.2018.8.26.0100, o qual foi deferido em 27 de julho de 2018.

Em 14 de junho de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Credores (AGC) onde foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial e a desistência das recuperações judiciais de Libra Terminais S.A, Libra Terminal Santos S.A e Libra Terminal Valongo S.A.

Em 18 de junho de 2019 o Plano de Recuperação Judicial foi homologado, concedendo a recuperação judicial à Libra Holding S.A., Libra Sul S.A., Ariate Imobiliária e Participações S.A., Libra Investimentos S.A., Libra Infraestrutura S.A., Libra Administração e Participações S.A., Libra Terminais e Logística S.A., Ponta do Caju imobiliária e Participações LTDA., Rodocarga Operadora Portuária S.A., Tebas Imobiliária e Participações S.A., Boreal Empreendimentos e Participações S.A. e Libra Terminal Rio S.A. Assim como a desistência em relação as sociedades Libra Terminais S.A., Libra Terminal Santos S.A. e Libra Terminal Valongo S.A.

c. Libra Terminais Santos – Encerramento das operações

Em função da determinação do TCU para que as concessões operadas pela Libra no Porto de Santos se encerrem até maio de 2020, os contratos de operação portuária com nossos parceiros armadores não foram renovados, sendo assim, os serviços que eram operados na Libra Terminais Santos foram transferidos para outro terminal no Porto de Santos e, com isso, a operação portuária foi descontinuada.

Com o parecer do TCU e diante da declaração de nulidade do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento PRES nº 032/1998, efetivada por meio da Portaria MINFRA nº 489, de 30 de maio de 2019, e o fim de importantes contratos comerciais, o Grupo Libra decidiu descontinuar as demais operações das unidades Libra Terminais S.A., Libra Terminal Santos S.A. e Libra Terminal Valongo S.A., objetivando a redução de custos decorrente da manutenção dos negócios.

d. Valor provisionado decorrente de arbitragem mantida entre a Libra Terminal Santos S.A.; Libra Terminais S/A, CODESP e União Federal

Desde o início do contrato PRES/032.98 Libra e CODESP alegam descumprimentos de parte a parte, existindo diferença entre os valores considerados devidos relativamente ao período de setembro de 1998 (data do contrato) a setembro de 2015 (data do 2º aditivo de unificação e renovação).

No exercício de 1999, a Libra Terminal Santos S.A. impetrou medida cautelar e ação ordinária, objetivando declarar a existência do direito de só estar obrigada a cumprir, na íntegra, as obrigações impostas no contrato de arrendamento, quando a CODESP, em contrapartida, tiver cumprido suas obrigações, tendo obtido liminar em seu favor, com determinação pelo Tribunal Regional Federal (TRF) que "... fique a CODESP impedida de praticar qualquer medida que dificulte, prejudique ou impeça as operações da Libra Terminal Santos S.A. junto ao Terminal 34/35 do Porto de Santos, sem prejuízo, como requerido pela ora recorrente, de se tornarem efetivamente eficazes os termos do Aditamento de 2005".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, a Libra Terminal Santos S.A. também ingressou em juízo com ação ordinária pedindo o reequilíbrio econômico financeiro do contrato e ação de consignação para depósito dos valores considerados devidos pela Companhia, desde o período inicial do contrato. A CODESP ajuizou ação de cobrança.

Nesse sentido, as ações judiciais ajuizadas por Libra e CODESP, após anos de tramitação, foram extintas em virtude da celebração de um termo de compromisso arbitral por meio do qual ficou ajustado que todas as discussões travadas seriam remetidas para um tribunal arbitral único. Em maio de 2016, foi certificado o trânsito em julgado da decisão que homologou a extinção das últimas ações judiciais até então existentes.

Em 31 de outubro de 2016, a secretaria do CAM-CCBC (Câmara de arbitragem) encaminhou notificação as partes para apresentar resposta ao requerimento inicial, tendo previamente autorizado que as partes comunicassem as autoridades governamentais (ANTAQ e União Federal) da instauração do procedimento arbitral.

Em 20 de janeiro de 2017, foi proferida decisão que definiu a sistemática de indicação dos árbitros e fixado o valor da causa para fins de cômputo das taxas de administração e honorários. Por fim, foi fixado prazo máximo de duração do procedimento em 24 meses.

Em 26 de maio de 2017, após atendimento ao procedimento previsto no Termo de Compromisso, foi comunicada a composição do Tribunal Arbitral. Os árbitros assinaram os Termos de Independência, sem nenhuma oposição das partes.

Na data de 04 de setembro de 2017, foi assinado Termo de Arbitragem, com a atualização do valor da causa para R\$ 2.651.272 reais e a fixação do prazo de término para 2 anos a partir desta data (4 de setembro de 2019).

Em 07 de janeiro de 2019, o Tribunal Arbitral proferiu a Sentença Parcial dando o mérito da discussão a Codesp e União Federal.

Em 2 de setembro de 2019, o Tribunal Arbitral proferiu a condenação em R\$ 3.423.346 com prazo de vencimento em 180 dias da data de divulgação dos valores.

e. Alienação da controlada indireta Libra Terminal Rio S.A.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a Libra Terminal Rio S.A. – Em Recuperação Judicial, foi considerada UPI - Unidade Produtiva Isolada, a ser alienada nos termos do artigo 60 da Lei de Recuperações Judiciais, em processo competitivo com apresentação de propostas fechadas, em certame judicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Em 17 de julho de 2019, na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, houve apresentação de uma única proposta da empresa Internacional Container Terminal Services, Inc., no valor de R\$ 740.000, declarada vencedora.

Em 14 de novembro de 2019, o processo de alienação foi aprovado junto a agência reguladora, ANTAQ.

f. Balanço base de liquidação

Em função do encerramento das atividades das empresas controladas indiretas Libra Terminal Santos S.A., Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Valongo S.A. as demonstrações contábeis da Companhia contemplam ajustes de equivalência patrimonial oriundo das provisões requeridas para preparação da base em liquidação.

Os ajustes nas empresas citadas tiveram efeito nas rubricas:

- (i) Ativo imobilizado no montante de R\$ 24.944, sendo 21.350 relativo ao impairment e 3.594 relativos à baixa de imobilizado em andamento sem expectativa de realização;
- (ii) Ativo intangível no montante de R\$ 7.315 relativo à baixa de intangível em andamento sem expectativa de realização;
- (iii) Passivo Circulante "Obrigações Trabalhistas" no montante de R\$ 35.088 relativo aos gastos com rescisões ocorridos no exercício de 2019 em razão do encerramento das empresas operacionais citadas;
- (iv) Passivo não Circulante "Contingências no montante de R\$ 3.423.346 relativo à contabilização da provisão da sentença arbitral do processo Libra, Codesp e União, para maiores detalhes vide Nota 33.;

Na Companhia, com base em sua participação nas empresas, o impacto dos ajustes acima mencionados foram registrados no balanço patrimonial na conta de Provisão para Passivo a descoberto, com efeito na demonstração de resultado na rubrica na Participações nos resultados das Controladas no montante de R\$ (1.176.032).